

Itatex Ind. Com. Minerais Ltda.	Vendas	810	810	-	-	363	363	-	-
Imerys Clays Ltd.	Vendas	-	-	2	2	-	-	-	-
Imerys Minerals Paper Ltd.	Vendas	-	-	-	-	-	-	3	3
MSL minerais S.A.	Serviços	90	90	1	1	42	42	-	-
L-Imerys Ind. Com. Cal Ltda.	Mútuo	17.754	17.754	-	-	27.624	27.624	-	-
Total		25.257	25.257	73.241	978	31.080	31.080	64.262	691
Representados por:									
Contas a Receber/ Fomecedores		7.503	7.503	978	978	3.456	3.456	691	691
Empréstimos		17.754	17.754	72.263	-	27.624	27.624	63.571	-
Total		25.257	25.257	73.241	978	31.080	31.080	64.262	691

	Natureza	31/12/2014		31/12/2013	
		Receita	Despesa	Receita	Despesa
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PPSA Overseas	Venda/ Mútuo	-	-	(162)	-
Imerys do Brasil Com. Min.	Venda	22.279	22.279	-	-
Imerys Rio Capim Caulim	Venda	32.539	32.539	-	-
Itatex Ind. Com. Minerais Ltda.	Venda	2.996	2.996	-	-
L-Imerys Ind. Com. Cal Ltda.	Mútuo	161	161	-	-
Total		57.975	57.975	(162)	-
Representados por:					
Vendas (Líquidas)		57.814	57.814	-	-
Receitas financeiras, despesas financeiras		161	161	(162)	-
Total		57.975	57.975	(162)	-

As vendas, empréstimos e demais operações com empresas relacionadas são efetuadas com base em condições estabelecidas entre as partes. Os empréstimos (ativos e passivos) referem-se a capital de giro para a operação da Sociedade e estão denominados em moeda nacional e estrangeira (US\$ e EUR). Os empréstimos a receber não possuem data de vencimento determinada. Os empréstimos passivos são quitados conforme contrato entre as partes e possui estimativa de ser integralmente quitados em 2017. Os juros são pela "Libor" mensal acrescida de 0,25% (LIBOR + 0,25% em 2013).

10. PROVISÕES
(a) Provisão para fechamento de mina

A Sociedade passou a adotar o disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que tange à constituição de provisão para gastos com fechamento de minas, por tratar-se da forma mais adequada de retratar esses passivos no que concerne à técnica contábil. Os gastos com fechamento de minas são registrados como parte do custo do ativo imobilizado em contrapartida à provisão que suportará tais gastos. As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco, conforme taxa de inflação com base nas projeções de desembolsos efetivos dessas obrigações.

(b) Provisão para riscos

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em análise destas ações judiciais e em informações de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso.

A movimentação das provisões para riscos encontra-se demonstrada a seguir:

Controladora:	Saldo Inicial	Adição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
Fiscais:	1.761	-	-	-	1.761
Trabalhista:	1.292	-	-	-	1.292
Ambiental (a)	1.628	2.512	-	(500)	3.640
Total - em 2014	4.681	2.512	-	(500)	6.693
Total - em 2013	7.264	595	(2.678)	(500)	4.681
Representado por:					
Não circulante	4.681				6.693
Total	4.681				6.693

Consolidado:	Saldo Inicial	Adição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
Fiscais:	5.282	-	(1.601)	-	3.681

Trabalhista:	1.292	-	-	-	1.292
Ambiental (a)	1.628	2.512	-	(500)	3.640
Total - em 2014	8.202	2.512	(1.601)	(500)	8.613
Total - em 2013	12.398	595	(4.291)	(500)	8.202
Representado por:					
Circulante	1.500				1.920
Não circulante	6.702				6.693
Total	8.202				8.613

(a) Processo da FUNAI relacionado à execução do termo de compromisso com a comunidade indígena que estabelece o repasse financeiro que visa a implementação integral da compensação das comunidades indígenas integrantes da AITTA (Associação Indígena Tembê de Tomé Agu) pela passagem do mineroduto da PPSA na reserva dos mesmos e também a continuidade do programa. Em 2012 foram pagos R\$1.500 referente ao período de 2005 a 2010. Foi realizado um acordo para os pagamentos relativos aos anos de 2011 a 2015 no valor de R\$1.500, os quais serão parcelados em três anos (2013, 2014 e 2015). Em 2014 foi pago a 2ª parcela no montante de R\$ 500 do acordo relativo aos anos de 2011 a 2015. Processos que foram classificados com probabilidade de perdas possíveis com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos totalizam R\$90.270 (R\$69.141 em 31 de dezembro de 2013) e referem-se principalmente a:

(i) Auto de infração referente ao suposto não recolhimento do ICMS sobre operações de transferência de mercadorias dos municípios de Ipixuna para Barcarena. O Fisco Estadual autuou o estabelecimento da PPSA, situado em Barcarena, por considerar que a exportação de caulim extinguiu o diferimento do ICMS incidente nas remessas de caulim do estabelecimento de Ipixuna (Mina) para o de Barcarena (Porto). A Sociedade já entrou com recurso e após o julgamento na esfera administrativa o valor foi revisto. Atualmente a empresa está entrando com recurso na esfera judicial para anular a cobrança por se tratar indevida. O valor estimado do processo é de R\$45.476 (R\$23.493 em 2013).

(ii) Auto de infração lavrado em setembro de 2004 no valor de R\$ 2.563, em função do suposto ilegal arbitramento, deduções, incorretas de ICMS e PIS COFINS e deduções incorretas de despesas de transporte com base na IN 6/2000. O processo está aguardando julgamento de recurso desde 2011. O valor estimado do processo é de R\$5.272.

(iii) Multa de ofício referente ao suposto não recolhimento da CSLL devida (AINF 10280005177/2006-51). Em 2010 o processo estava sobre análise e designação de perícia contábil e foi efetuado depósito judicial no montante no valor histórico de R\$3.783 (R\$2.393 com atualização monetária). O valor estimado do processo é de R\$5.029.

(iv) Processo relativo a informalidade no pedido de homologação das compensações através da PER/DCOMP nº 06215.96063.290107.1.3.09-9580, nos quais foram pleiteadas as compensações de débitos de COFINS com créditos de PIS apurados no ano calendário de 2003. Em 2012 foi apresentado recurso voluntário contra a referida decisão. Em 2013 foi negado provimento ao recurso voluntário. O processo está aguardando formalização do acórdão. O valor estimado do processo é de R\$4.154.

(c) Provisão

A Sociedade adota o disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que tange à constituição de provisão diversas, por tratar-se da forma mais adequada de retratar esses passivos no que concerne à técnica contábil. A Sociedade possui provisões no montante de R\$3.168 (R\$5.914 em 2013).

11. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Sociedade concede planos de aposentadoria de contribuição definida para todos os empregados que se qualificam e que optar por recebê-la. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles do Grupo Imerys em fundos controlados por agentes fiduciários. Quando os empregados deixam o plano, ou seja, quando eles deixam a empresa, antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pelo Grupo Imerys.

O plano chama-se ICATU Seguros Previdenciários, entidade fechada de previdência complementar de fins não lucrativos, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Imerys e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

Todo funcionário é elegível ao plano de previdência, divididos em dois grupos (Grupo I e Grupo II). O grupo I são os funcionários com salário igual ou superior a R\$2.800,00 que representa 1 Unidade Salarial. A participação do funcionário pode ser de 1% a 5%. O grupo II são os funcionários com salário menor que R\$2.800,00. Para este grupo a empresa pagará ao participante no momento de sua aposentadoria um benefício mínimo, equivalente a três vezes o salário de participação vezes o tempo de serviço, limitado a 30 anos, dividido por 30. A empresa contribui também com o percentual proporcional a participação do funcionário de 1% a 5% no caso do grupo II. Para o grupo II a empresa contribui com 100% no momento da aposentadoria do participante.

A despesa total de R\$158 (R\$111 em 2013), reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições pagas pelo Grupo a alíquotas especificadas pelas regras desses planos.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos são apresentados como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Fechamento de Mina, Ativo Líquido	4.216	4.216	4.216	4.216
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesas diferidas de IRPJ e CSLL	(1.054)	(379)	(1.054)	(379)
Saldo efetivo de IRPJ e CSLL apurados	(1.054)	(379)	(1.054)	(379)

(b) As despesas contabilizadas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) na demonstração do resultado são conciliadas com as despesas nominais como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(8.243)	(8.243)	(8.243)	(8.243)
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesas nominais de IRPJ e CSLL	2.061	742	2.061	742
Ajustes permanentes:				
Ajuste de RTT	(54)	(19)	(54)	(19)
Perdas não dedutíveis	(535)	(193)	(535)	(193)
(-) Equivalência Patrimonial	3.106	1.118	-	-
(-) Créditos tributários não constituídos	(4.578)	(1.648)	(1.472)	(530)
IRPJ anos anteriores (b)	289	-	289	-
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL apuradas	289	-	289	-
Despesas de IRPJ e CSLL registradas no resultado:				
Corrente	289	-	289	-
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL	289	-	289	-

(a) A Sociedade está localizada na área de atuação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). De acordo com o Ato Declaratório Executivo nº 06/2014, datado de 17 de março de 2014 a Sociedade possui o benefício da redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de modernização total do empreendimento da Sociedade na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 anos a partir do ano calendário 2013 com término em 2022. A Sociedade possui saldo de prejuízo fiscal no montante de aproximadamente R\$256.446 referente a imposto de renda e R\$257.265 a contribuição social.

(b) A Sociedade elaborou um estudo referente ao IR pago na venda do porto em 2012 e identificou um saldo de R\$ 289 pago a maior que foi reembolsado no ano corrente.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 que era de R\$336.353 foi reduzido para R\$156.323 em detrimento do prejuízo acumulado de vários anos consecutivos. Os acionistas aprovaram com parecer favorável do conselho de administração, a redução do capital social com base no prejuízo acumulado de R\$180.030 de 2012. O mesmo é representado por ações nominativas, sem valor nominal, como segue:

2014	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Mircal Bresil S.A.	485.637.933.284	100	20.861.204.292	100	506.499.137.576	100
Imerys do Brasil Com. Min.	1	-	-	-	1	-
Conselho de Administração	-	-	4	-	4	-
Total	485.637.933.285	100	20.861.204.296	100	506.499.137.581	100

O limite do capital autorizado da Sociedade, conforme o estatuto é de 506.499.137.581 ações ordinárias.

Capital estrangeiro

De acordo com a legislação, o capital estrangeiro deve ser registrado junto ao Banco Central do Brasil, para permitir a remessa de dividendos e participação ou repatriação de capital de acionistas residentes no exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, 100% do capital pertence à Mircal Brasil (subsidiária da Imerys S.A.), totalmente registrado no Banco Central do Brasil, nos montantes de US\$58.852 mil e €48.442 mil (US\$143.581 mil e €104.247 mil em 31 de dezembro de 2013), correspondente à totalidade do capital social da Sociedade.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, decorrentes das atividades exercidas em planta industrial (Barcarena - Pará), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita da venda de produtos				
Mercado interno	74.091	74.091	74.004	74.004
Total receita da venda de produtos	74.091	74.091	74.004	74.004
(-) Menos				
Impostos, contribuições e devoluções	(12.707)	(12.707)	(9.133)	(9.133)
Total receita operacional líquida	61.384	61.384	64.871	64.871

15. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS NO RESULTADO POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza é como segue:

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Depreciação, amortização e exaustão	(15.375)	(15.375)	(22.090)	(22.090)
Salários, encargos e benefícios	(14.944)	(14.944)	(14.295)	(14.295)
Serviços gerais	(424)	(485)	(573)	(573)
Insumo e materiais auxiliares de produção	(13.325)	(13.325)	(12.608)	(12.608)